

S.Caetano vai reduzir 85,7% do investimento em habitação

# Auricchio reserva só R\$ 5.000 do orçamento para habitação social

Investimento previsto pela Prefeitura de São Caetano para o setor em 2025 sofrerá redução de 85,7% em relação ao deste ano

A Prefeitura de São Caetano, comandada por José Auricchio Júnior (PSD), vai reduzir o investimento em habitação para 2025 em 85,7%, passando de R\$ 35 mil para R\$ 5.000. O valor está discriminado na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que foi aprovada em primeiro turno pela Câmara na terça-feira. A queda é ainda maior se considerado apenas o investimento em habitação social, caindo de R\$ 20 mil para R\$ 2.000, o que representa 90%. A redução ocorre em

meio à crise habitacional vivida em São Caetano. Na semana passada, a Justiça condenou o município a retomar o pagamento do auxílio-aluguel a 102 famílias que foram desabrigadas após a demolição do Edifício Di Thiene, em 2019. Os cortes mereceram críticas da vereadora Bruna Biondi (Psol), que classificou o assunto como "um absurdo". Ela e Edison Parra (Podemos) foram os únicos parlamentares contrários à LDO, que recebeu 15 votos favoráveis. Política 5

## S.Caetano vai reduzir 85,7% do investimento em habitação

Queda ocorre em meio à condenação da gestão Auricchio a retomar auxílio-aluguel às famílias do antigo Edifício Di Thiene

ARTUR RODRIGUES  
arturrodrigues@igabo.com.br

A Prefeitura de São Caetano, sob comando de José Auricchio Júnior (PSD), vai reduzir 85,7% do investimento no setor de habitação de acordo com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) aprovada em primeiro turno pela Câmara na terça-feira, o município vai reservar R\$ 5.000 para a área em 2025, ante R\$ 35 mil orçados para este ano. A queda é ainda maior se considerado apenas o investimento em habitação social. Enquanto a gestão possuidora orçou R\$ 20 mil para 2024, o valor previsto para o próximo ano é de R\$ 2.000, redução de 90%. Na peça apreciada pelo Legislativo, a Prefeitura ainda detalha que R\$ 2.000 serão destinados à manutenção dos serviços de habitação e R\$ 1.000 à coordenação do Fundo Municipal de Habitação.

A redução ocorre em meio à crise habitacional vivida em São Caetano. Conforme informado pelo Diário na semana passada, a

Justiça condenou a Prefeitura a retomar o pagamento do auxílio-aluguel a 102 famílias que foram desabrigadas após a demolição do Edifício Di Thiene, em 2019. A juíza Ana Lucia Fusaro determinou o fornecimento da assistência até que o Poder Público implemente uma política habitacional definitiva para essas pessoas.

Na época, o Paço havia prometido às famílias afetadas abrigo, auxílio emergencial, atendimento assistencial e entrega de novas unidades habitacionais por meio de convênio com a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), previstas para serem finalizadas em dezembro de 2022. No entanto, as obras ainda não foram iniciadas. Segundo o órgão estadual, a Prefeitura não enviou os documentos técnicos, ambientais e fundiários para poder dar sequência à análise do terreno indicado à construção dos imóveis. "É um caso absurdo essa redução no momento em que a Prefeitura está sendo processada pelo Ministério



ORÇAMENTO. Auricchio vai deixar menos verba destinada à habitação para o próximo prefeito

Público. Isso indica muito do que é uma Prefeitura que não quer lidar com o problema dos cortiços no município", criticou a vereadora Bruna Biondi, do mandato coletivo Mulheres Por + Direitos (Psol), que votou contra o projeto da LDO. O Paço solicitou efeito suspensivo da decisão da

Justiça sobre o auxílio-aluguel, mas o pedido foi negado. Além disso, o Executivo entrou com recurso e o caso deverá ser levado a julgamento em segunda instância no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo). No documento de apelação, a administração são-caetanesa alega que o auxílio-

aluguel só poderia ser pago mediante autorização legislativa, sem garantia de que o suposto projeto de lei seria aprovado pela Câmara, e que o benefício deveria estar previsto no orçamento de 2024 do município. No recurso, a Prefeitura ainda alega que continua prestando auxílio às famí-

lias do Edifício Di Thiene, sendo que os auxílios concedidos, segundo a administração, chegam a R\$ 890 por mês. Porém, a alegação foi desmentida pelas próprias famílias, conforme mostrou o Diário na edição do dia 18 de setembro.

Na Câmara, a redução do investimento em habitação junto com as demais diretrizes orçamentárias foi aprovada com 15 votos favoráveis. Os vereadores Edison Parra (Podemos) e Bruna Biondi foram os únicos a se opor à proposta. Ubiratan Figueiredo (União Brasil) estava ausente no momento da votação e o presidente da Casa, Pio Mielso (PSD), não participa das votações por conta do regimento interno do Legislativo.

"A LDO direciona e mostra caminhos, mas temos de lembrar que todo caminho pode sofrer alterações. E por isso que trabalhamos sempre no preventivo, porque é melhor sempre prevenir do que remediar. Sempre deu certo dessa maneira e sou da opinião que se mantenha esse encaminhamento. A LDO atende aos dispositivos da Constituição, atende todo o custo da máquina pública. Fora isso, nós sabemos que as prioridades são saúde, educação e segurança", declarou na tribuna o vereador Gilberto Costa (Progressistas), líder do governo Auricchio na Câmara.

Questionada pelo Diário sobre o assunto, a Prefeitura não se manifestou até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional Pagina: Capa + página 5